

COLFAC ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM SÃO FRANCISCO DO SUL – SC		ATA DA REUNIÃO	Número: 035
Data: 26/10/2022	Horário: 09h	Local: ACISFS– Associação Comercial e Empresarial de SFS - Praça da Bandeira, nº 58 – Centro Histórico	

Temas Abordados	Assuntos, Encaminhamentos e Resultados
1. ABERTURA COLFAC	<p>O Delegado da Alfândega da RFB no Porto de São Francisco do Sul (ALF/SFS), Auditor-fiscal Claiton Meyer, iniciou a 35ª Reunião do COLFAC junto com os seguintes representantes dos órgãos componentes da Colfac:</p> <ul style="list-style-type: none"> – RFB, representada também pelo Delegado Adjunto da ALF/SFS, Sr. Roberto Hammerschmidt Estrugala; – MAPA, representado pelo Sr. Paulo Rogério Silva. <p>Sr. Delegado Claiton Meyer, agradece a presença de todos na reunião. Enaltece a retomada das reuniões Colfac. Comenta sobre as reuniões virtuais durante a pandemia e sobre a interrupção das reuniões devido à mobilização dos auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil.</p>
2. RECEITA FEDERAL DO BRASIL	<p>Sr. Delegado Claiton Meyer apresenta tabelas com diversos dados sobre a movimentação de cargas nos recintos jurisdicionados pela Alfândega de São Francisco do Sul em 2021 e 2022. O material apresentado será encaminhado via email aos participantes da reunião.</p> <p>Comenta sobre algumas alterações recentes em normas aduaneiras, citando a Portaria RFB 143/2022 e a IN RFB 2.111/2022. Informa a edição de normas locais, destacando as Portarias ALF/SFS 11/2022, 12/2022, 13/2022 e 14/2022.</p>
3. DEMANDAS Importadores/Exportadores	<p>Sr. Roberto Estrugala informa que foram apresentadas previamente à reunião quatro propostas de pauta.</p> <p>A 1ª é a entrega de “LISTA DE INGRESSO A BORDO” impressa a recinto. Sra. Marlize da empresa Cargonave diz que o recinto SCPAR exigiria uma lista impressa de pessoas autorizadas a ingressar a bordo. Sr. Roberto responde que o citado documento impresso não é exigência da RFB. Recinto envolvido irá analisar o procedimento em questão.</p> <p>O próximo assunto da pauta é apresentado pelo Sr. Juarez, do recinto Porto de Itapoá. Sr. Juarez questiona sobre o artigo 26 da Portaria RFB nº 200/2022, acerca da possibilidade de os recintos cobrarem as despesas de armazenagem das mercadorias leiloadas pela RFB. Relata que tais mercadorias ficam um bom tempo nos recintos ocupando espaço e que poderiam minimizar os custos/prejuízos.</p>

Sr. Roberto Estrugala responde que a Portaria RFB 200/2022 condiciona a atribuição, ao arrematante, das despesas de armazenagem, à celebração de contrato entre os recintos e a RFB. Conforme informação da DIPOL da RF09, a celebração de tais contratos está sendo tratada nacionalmente pela RFB, sendo necessário aguardar tal definição.

Sra. Elisabeth Lasala Cidral pergunta se os lotes do leilão são todos destinados à exportação. Teria sido questionada por uma arrematante que precisaria fazer um despacho de exportação para uma mercadoria arrematada no leilão.

Delegado Claiton Meyer responde que existem lotes para consumo interno e lotes para exportação, mas que tais condições são sempre expressamente especificadas na descrição de cada lote do leilão.

Roberto Estrugala prossegue para o próximo assunto da pauta: Arquivos físicos de documentos, foi apresentado pelo Sr. Mário Borba e pela Sra. Elisabeth, sendo esse um assunto recorrente.

Elisabeth Lasala Cidral diz que é um assunto que já foi para a Coana. Comenta que com a pandemia muita coisa se tornou virtual. Comenta que hoje a RFB dificilmente pedirá um documento físico, geralmente é digitalizado e arquivado no e-cac e dossiê eletrônico. Comenta que nos últimos anos não se recorda de a RFB ter pedido algum processo ou documento original, porém tem que ser mantido os originais e isso custa dinheiro. Pergunta por que essa necessidade, se eletronicamente já se pode fazer o mesmo?

Participante pergunta se, considerando 5 anos, documentos de 2016 já podem ser descartados?

Delegado Claiton Meyer responde que aconselha guardar os arquivos por pelo menos 6 anos, por que tem diversas situações em que o fato gerador seja no primeiro dia do ano seguinte, então para garantir o correto é manter os arquivos de 2016 até o final 2022.

Elisabeth Lasala Cidral questiona sobre a legislação, que fala para guardar durante 5 anos os arquivos, mas não especifica o tipo de arquivo, são arquivos físicos ou virtuais? Essa demanda já foi várias vezes para ser analisada, porém sem respostas.

Roberto Estrugala explica que ainda não veio a resposta, existindo consulta formal da Coana à Cosit sobre o tema, ainda sem parecer decisório. A decisão será amplamente divulgada.

Roberto Estrugala continua para a próxima questão, do Sr. Nílson, da empresa

	<p>Oceânica.</p> <p>Nilson Borba questiona sobre a necessidade de registro de retificação de DI antecipada somente para incluir a data de chegada da embarcação, sendo que após a quantificação da mercadoria será necessária uma segunda retificação, para correção da quantidade declarada. Pergunta se seria possível efetuar apenas uma retificação, após a quantificação.</p> <p>Roberto Estrugala responde que o registro das duas retificações é necessário, conforme estabelecido no parágrafo segundo do artigo 62-G da IN SRF 680/2006.</p> <p>Roberto Estrugala comenta que não receberam nenhuma pauta prévia ligada ao Mapa ou à Anvisa.</p>
<p>4. MAPA (VIGIAGRO)</p>	<p>Sr. Paulo Rogério Silva, representado o MAPA em São Francisco do Sul/SC,</p> <p>Cumprimenta os participantes, diz que faz muito tempo que não havia uma reunião presencial, comenta sobre as transformações que ocorreram no mapa, que continuam com duas unidades, e foi criado apenas uma chefia, regional, que hoje está em Itajaí sendo ela a Renata que é a coordenadora regional, que incluem Imbituba / Florianópolis / São Francisco do Sul/ Itapoá / Paranaguá, a chefia superior a Renata é o Charles, ele agora está sediado em Curitiba e pega PR / SC / RS, sendo que antes eram só PR e SC, as atividades quanto em Itapoá como em São Francisco do Sul acabou ficando como encarregado o sr. Paulo Rogério e o Valmir no porto de Itapoá, as análises documentais e remotos continuam, antes os processos eram analisados localmente, mas agora está nacionalmente, no começo houve alguns problemas com a implantação, como atrasos etc, porém hoje se encontra estabilizada, mesmo o pessoal que trabalha nas pontas eventualmente são chamados para atender na análise nacional, quando ultrapassa 400 / 500 processos na fila, são chamados para em 5 dias no máximo esses processos serem analisados, principalmente importação, pois geralmente já são certificados da parte da granja, na área animal, e os filtros sanitários que ainda passam para ser certificados no egresso em São Francisco do Sul e em Itapoá, esse sistema que foi agilizado mediante a pandemia, tá sendo higienizado a nível nacional, comenta que a demanda de uniformizar os procedimentos estão hoje na análise documental e feitas sempre da mesma forma, todas as regiões são atendidas e estão providenciando também uma melhor análise para canal vermelho / verde / e canal amarelo, sendo assim nem toda importação é feita inspeção, algumas é feita análise física somente do contêiner, e outro já existe e coleta para laboratório, localmente veio para ficar o protocolo virtual, diz que o acesso dos colaboradores é exigido somente quando exige retirada de documentação, todos os certificados estão sendo emitidos por sistema, porém os da área animal exige a documentação física, por esse motivo as vezes precisam aguardar os documentos físicos nas importações, certificações sanitários, exterior, na maioria dos países precisa ter o certificado físico, para poder agendar uma inspeção quando necessário, da mesma forma que o certificado sanitário animal, esse documento tem que ser retirado na unidade. Então de documento (arquivo) é exigido ainda papel, pra poder registrar retirada de documento que utiliza a cópia da NPCO para registrar retirada de documento físico, comenta que da mesma forma se registra cópia da NPCO quando o despachante entrega um certificado ou documento no exterior, sobre a vistoria remota a parte agropecuária é um pouco mais difícil, a atividade remota da fiscalização de embalagem de madeira, por exemplo, tem que ser verificadas infestações, nem sempre é evidente, e na área</p>

	<p>animal normalmente precisa fazer uma série de medições, temperatura / condições / produto / características; isso quando não se faz coleta para laboratório. Algumas vezes dependendo da carga se consegue pedir para o terminal acessar a carga, No geral é assim que estão funcionando, finaliza e se coloca à disposição dos participantes para dúvidas.</p>
5. ANVISA	<p>Não foram apresentados assuntos ligados à Anvisa.</p>
6. GT COLFAC	<p>Assuntos pendentes de definição, aguardando definição na RFB:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Necessidade de arquivo físico de documentos aduaneiros; 2) Celebração de contratos entre RFB e recintos aduaneiros para cobrança de custos de armazenagem.
7. Demais assuntos - Encerramento	<p>Roberto Estrugala abre espaço para discutir novos assuntos na reunião, pergunta se alguém tem alguma questão.</p> <p>Elisabeth Lasala Cidral se pronuncia pedindo para o sr. Vladimir se apresentar, comenta também que teve o prazer de ir em uma palestra dele.</p> <p>Sr. Vladimir cumprimenta a todos os participantes, diz que está hoje como presidente do Porto Público de São Francisco do Sul, que veio pra cá em dezembro do ano passado pelo administrativo-financeiro, e a partir de junho assumiu essa função, comenta que no dia anterior ele esteve com a Associação Empresarial para apresentar algumas atividades que o porto vem desenvolvendo, diz que o porto tem um conjunto de demandas da comunidade portuária, são situações específicas que o porto precisa realizar, e que eles tem assumido o compromisso para dar conta dessas demandas, especialmente uma delas em relação ao novo Gate que estão passando de 2 balanças para 5 balanças, porém com um novo sistema de controle / acesso / integração que permitirá que se quadruplique a capacidade de entrada e movimentação de caminhões, isso transforma e acaba com o transtorno de saída, comenta que dessa forma o porto terá mais agilidade e eficiência, fazendo com que o custo logístico de carga e descarga sejam menores, para que o produto movimentado no porto seja mais competitivo no mercado nacional e internacional. Continua falando que outro aspecto preocupante é criar um programa permanente seja de drenagem, monitoramento, do assoreamento da Baía da Babitonga sendo que no porto esse serviço é feito periodicamente, de 5 a 6 anos, sendo hoje um dos aspectos importantes para o operador é que tenha segurança do calado operacional dentro da Baía da Babitonga, e isso seja mantido, não se pode ter sazonalidade no calado operacional, é preciso que nesse aspecto o porto consiga fazer essa gestão, comenta que estão com 2 processos licitatórios para que possam contratar os dois serviços, de batimetria, e controle de acionamento, proporcionando assim estabilidade para o operador fazer suas contratações, especialmente por que esse tipo de contratação é de médio a longo prazo. Outro aspecto que vai ser tratado é o berço 101 que tem a preferência dos navios graneleiros, mas na ausência deles também é aberto para novos navios permitir que tenha a possibilidade de usar todo o calado operacional, eles pretendem fazer a derrocagem em dezembro, mais tardar início de janeiro de 2023, na sequencia já tem editais prontos que irão apresentar ainda esse ano, do berço 201 e do berço 102 de</p>

forma que até o final de 2024 possa ter um único calado operacional dentro do porto de São Francisco do Sul. Continua dizendo que são demandas históricas para dar continuidade, e que a diretoria do porto quer cumprir essas demandas, para que o trabalho seja feito sem preocupação no calado operacional. Comenta que outro trabalho que tem sido feito também, mas em conjunto é uma ação que começou pelo porto de Itapoá, a dragagem e suavização do canal externo, permitindo que amplie também o tamanho do navio, passando de 336 para 366 isso passa a fazer que o porto de Itapoá opere em outro nível de recebimentos de navios, talvez seria o 1º porto do país que permitiria dentro do seu canal de acesso missão para operar navios 366, isso eleva o porto a outra capacidade a partir de 2024, são planejamentos que estão em curso para realização no final de 2023. Assim como outras demandas de limpeza e sinalização dentro do porto; há uma pauta que está sendo discutida que é o acesso por meio da Bunge, as entradas de caminhões acessando o meio da Rua Leite Ribeiro, para que esses caminhões principalmente do porto público façam o contorno pela frente do Tesc e entrassem pelo meio, existem várias hipóteses em relação a isso já sendo estudadas. Com esses serviços estão tentando alargar o acostamento para que possam ter uma válvula de saída bem no início da Rua Leite Ribeiro, pelo novo gate vai ser mudado completamente a forma de acesso, não sendo mais manual, como por exemplo o caminhoneiro estaciona na balança, desce, se identifica, isso leva vários minutos para que o mesmo seja liberado a entrada, a ideia é que seja eletronicamente, e para que isso aconteça, existe necessidade da mudança na metodologia, na programação dos caminhoneiros. Comenta que já está sendo tratado com a TI e equipe técnica para ajustar essa situação; será levada para os operadores pra que eles chamem os caminhões de forma programada, e assim evitar a concentração, Tesc / Porto / Terlogs e Bunge, irão ver que estão incrementando nesse formato. Encerra agradecendo, e se coloca à disposição.

Delegado Claiton Meyer diz que por último quer tratar sobre a periodicidade da reunião Colfac. Pede a opinião dos participantes quanto a isso, para que também a próxima já fique agendada.

Participantes entendem que reuniões Colfac mensais seriam produtivas.

Célia Gatti pergunta se as reuniões podem voltar a ser online

Delegado Claiton Meyer responde que a preferência é ser presencial.

Célia Gatti comenta que virtualmente o nº de participantes é muito maior, facilita para os que não podem estar presente nas reuniões presenciais.

Delegado Claiton Meyer diz que é interessante colocar esse assunto em pauta na próxima reunião, para decidirem.

Célia Gatti diz que para ela particularmente achou que funcionou perfeitamente bem as reuniões online.

Paulo Rogério comenta que os despachantes de Joinville conseguiram participar das reuniões online.

Delegado Claiton Meyer volta a falar que pessoalmente prefere a presencial, pede para deixar pré-agendada nesse formato para o dia 14/12/2022, sendo possível discutir ainda o tema.

Delegado Claiton Meyer Agradece a presença de todos, por fim declara a Reunião

	Colfac 035 encerrada. Eu, Andrine Kasprike de Paula, lavrei a presente ata.
	Claiton Meyer - Delegado da Receita Federal em São Francisco do Sul/SC
	Roberto Hammerschmidt Estrugala - Delegado Adjunto da Receita Federal em São Francisco do Sul/SC
	Paulo Rogério Silva - Auditor-Fiscal Federal Agropecuário em São Francisco do Sul/SC